



NONA CUPULA DAS AMÉRICAS
De 8 a 10 de junho de 2022
Los Angeles, Estados Unidos da América

OEA/Ser.E
CA-IX/doc.3/22
9 junho 2022
Original: inglês/espanhol

ACELERANDO A TRANSIÇÃO JUSTA PARA A ENERGIA LIMPA, SUSTENTÁVEL E RENOVÁVEL

(Adotado pelos Chefes de Estado e de Governo em 9 de junho de 2022)

Nós, os Chefes de Estado e de Governo das Américas,

RECORDANDO o artigo 2.1 do Acordo de Paris, que inclui os objetivos de: manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e envidar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima; aumentar a capacidade de adaptação aos impactos negativos da mudança do clima e promover a resiliência à mudança do clima e um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa, de uma maneira que não ameace a produção de alimentos; e tornar os fluxos financeiros compatíveis com uma trajetória rumo a um desenvolvimento de baixa emissão de gases de efeito estufa e resiliente à mudança do clima; e recordando também o artigo 2.2 do Acordo de Paris, que estabelece que o Acordo será implementado de modo a refletir equidade e o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais;

INCENTIVANDO uma maior atenção a membros de grupos historicamente marginalizados, discriminados e/ou em situação de vulnerabilidade, bem como a todas as mulheres e meninas, levando em conta suas condições e situações diversas, em conformidade com a legislação nacional e o direito internacional;^{1/2/}

COMPROMETEMO-NOS A:

1. Promover a eficiência energética em novos planos públicos e privados de infraestrutura, bem como fomentar o uso racional e eficiente da energia, contemplando-se as oportunidades de integração energética para facilitar a redução das emissões de gases de efeito estufa, considerando todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relevantes, especialmente o ODS7, apoiando o uso de tecnologias eficientes de economia de energia e de etiquetagem energética, para alcançar emissões líquidas zero, conforme apropriado, segundo os requisitos, as circunstâncias e a legislação de cada Estado.
2. Enfatizar a necessidade de se incorporar um enfoque inclusivo nos processos de digitalização, democratização e descentralização, no âmbito das estratégias para uma transição energética sustentável e justa de nossos países, levando em conta a igualdade e equidade de gênero, o

-
1. Os Governos de Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Costa Rica, México e Uruguai apoiam a expressão “mulheres e meninas em toda a sua diversidade” e consideram que as referências deste...
 2. A República do Panamá reitera a importância de incentivar-se uma legislação nacional em consonância com o avanço em matéria de direitos humanos de todas as pessoas que integram...

empoderamento das mulheres, e o respeito aos direitos dos povos indígenas, dos afrodescendentes e das pessoas com deficiência.

3. Promover a implementação, entre os países participantes do Compromisso Global de Metano, mediante a cooperação internacional, inclusive por meio do fortalecimento do apoio técnico e financeiro e da elaboração de planos de ação integrados e setoriais, transparentes e verificáveis no nível de país para a mitigação dos efeitos do gás metano.
4. Recordar que o Pacto Climático de Glasgow convoca as partes a acelerar o desenvolvimento, a implantação e a disseminação de tecnologias e a adoção de políticas para a transição para sistemas de energia de baixa emissão, inclusive mediante a ampliação rápida da implantação da geração de energia limpa e de medidas de eficiência energética, inclusive a aceleração de esforços para a redução gradual de energia de carvão sem medidas de mitigação, e a redução gradual de subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que se presta apoio específico aos mais pobres e vulneráveis, de acordo com as circunstâncias nacionais e reconhecendo-se a necessidade de apoio para uma transição justa.
5. Trabalhar para implementar as metas de mitigação de emissões para 2030 e desenvolver, na medida do possível, planos em nível nacional para acelerar o processo de transição energética para uma economia com baixas emissões de carbono, de acordo com as contribuições nacionalmente determinadas, no âmbito do Acordo de Paris, em um prazo consistente com os passos dados para os objetivos propostos no artigo 2 do Acordo de Paris.
6. Compartilhar as melhores práticas em matéria de infraestrutura de transportes e projetos urbanos inclusivos, equitativos e eficientes do ponto de vista energético.
7. Apoiar e promover a cooperação para aumentar a participação de todas as formas e tipos de energia renovável nos países das Américas, de acordo com suas estratégias nacionais, como as energias eólica, solar, eólica marinha, a bioenergia, a energia geotérmica, a hidroeletricidade, e outras fontes de energia com níveis baixos de emissões de carbono, particularmente nos setores elétrico, industrial, de transportes e de moradia, juntamente com tecnologias para a captura, o armazenamento e a remoção do carbono, e mecanismos de redução de emissões, bem como hidrogênio de baixo carbono, que possam contribuir para alcançar emissões líquidas zero até 2050.
8. Promover a cooperação multilateral para aumentar o uso de todas as formas e tipos de energia renovável nos países do Hemisfério, incluindo programas como os do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), da Iniciativa de Energias Renováveis na América Latina e no Caribe (RELAC) e da Parceria em Energia e Clima das Américas (ECPA), entre outros, a fim de incluir a participação de todos os Estados, conforme apropriado.
9. Incentivar os bancos multilaterais de desenvolvimento e outras entidades de financiamento regionais, incluindo o Banco Mundial, o BID, o BDC, o CAF e o BCIE a que considerem identificar, desenvolver e promover esforços específicos e distintos para melhorar a mobilização de financiamento para o clima com vistas a aumentar a implementação de todas as formas de energia renovável e reduzir a vulnerabilidade do clima nos países das Américas,

e promover a apresentação de relatórios sobre a implementação dessas iniciativas pelo Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas até a Décima Cúpula das Américas.³

10. Promover princípios sustentáveis, sustentados e responsáveis para uma boa gestão do setor de mineração, especialmente no caso de minerais e metais que promovam a transição energética, e assegurar a integração de cadeias de suprimento de minerais no Hemisfério.
11. Trabalhar com o setor privado e com outras partes interessadas, a fim de identificar oportunidades para a fabricação ou o comércio de bens e serviços de energia limpa, como, por exemplo, por meio de normas, financiamento e facilitação do comércio e de investimentos, e determinar medidas que facilitem a logística inversa, inclusive a recuperação, a reciclagem e a remanufatura de bens de energia limpa de uso pós-consumo.
12. Trabalhar com o setor privado, com bancos multilaterais de desenvolvimento e fundos multilaterais de financiamento climático, conforme seja adequado, a fim de identificar, facilitar o acesso e financiar planos e projetos de eficiência energética e de infraestrutura de energia limpa, sustentável e de qualidade que utilizem tecnologias inovadoras e sigam as melhores práticas internacionais em matéria de normas ambientais e de compras que promovam o respeito aos direitos humanos e sirvam as comunidades desatendidas e as entidades públicas, considerando-se o nível de desenvolvimento e os mecanismos que melhor se adaptem à realidade de cada país.
13. Estabelecer objetivos para a ampliação da energia renovável, caso apropriado, segundo a disponibilidade dos recursos naturais de cada Estado.
14. Criar condições favoráveis e justas à participação de capitais públicos e privados, nacionais e estrangeiros, e de organismos multilaterais no desenvolvimento de novas fontes de energia limpa e renovável, bem como ao fomento à transferência de conhecimentos em temas de eficiência energética e tecnologias disruptivas que permitam a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, como a incorporação do uso de biocombustíveis sustentáveis, hidrogênio de baixo carbono, e a mobilidade elétrica.
15. Trabalhar para o desenvolvimento de estratégias de transição energética justas, inclusivas e com perspectiva de gênero que levem em consideração as circunstâncias geográficas específicas na região, em particular a situação vulnerável dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, que enfrentam desafios econômicos e de resiliência ambiental, além de limitações técnicas para interconectar suas infraestruturas de energia.

3. As Bahamas consideram que este Compromisso deveria ser um poderoso recurso para alimentar as ambições reais e tangíveis em matéria de clima para nosso Hemisfério, permitindo assim

NOTAS DE RODAPÉ

1. ...documento a “todas as mulheres e meninas, levando em conta suas condições e situações diversas”, ficam aquém da redação que os líderes deveriam apoiar em uma Cúpula das Américas que deve visar à inclusão. “Mulheres e meninas em toda a sua diversidade” reconhece o fato de que as mulheres e as meninas não são um grupo homogêneo e abrange suas diferentes identidades, inclusive, por exemplo, como parte da comunidade indígena, afrodescendente, lésbica, gay, bissexual, transgênero, queer e de dois espíritos (LGBTIQ2), bem como outras dimensões e comunidades. Além disso, reconhece a necessidade de se adotar um enfoque interseccional e multidimensional para responder de maneira significativa às necessidades de mulheres e meninas de diferentes origens, respeitando-se e valorizando-se a diversidade total das suas identidades e realidades. Esse enfoque ressalta a interconexão de múltiplas formas de discriminação, exclusão e desigualdade que impedem o seu empoderamento e o pleno gozo dos seus direitos. A diversidade como conceito foi reconhecida em numerosos textos internacionais e regionais, inclusive na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e no Plano de Ação da Cúpula das Américas de Québec de 2001.

2. ...os grupos historicamente marginalizados, discriminados e/ou que se encontram em situação de vulnerabilidade, especialmente as mulheres, em toda sua diversidade, sendo os espaços de diálogo multilateral adequados para esse fim.

3. ...que nossa região alinhe melhor as metas de mitigação delineadas tanto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) quanto pelo Pacto Climático de Glasgow (COP26).

As Bahamas acreditam, entretanto, que este Compromisso fica aquém e carece de uma visão compatível com os objetivos coletivos estabelecidos no Acordo de Paris e no Pacto de Glasgow para o Clima e com a magnitude das crises climáticas com as quais nossos países lidam de forma permanente.

Em particular, este documento é deficiente na promoção do progresso requerido no Acordo de Paris e nas metas do Compromisso de Glasgow no que se refere a garantir o acesso eficiente a recursos financeiros por meio de procedimentos de aprovação simplificados, com menos condições, a prestação de maior apoio à preparação das Partes que são países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, o tratamento das preocupações específicas levantadas em relação à elegibilidade e à capacidade de acesso a formas mais favoráveis de financiamento para o clima e a importância de oferecer recursos financeiros ampliados, levando em conta as necessidades das Partes que são países em desenvolvimento particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

A fim de abordar questões-chave relacionadas à priorização, à elegibilidade e aos procedimentos de solicitação para obter acesso ao financiamento para o clima a fim de acelerar o fornecimento de energia renovável em vários Estados membros da OEA, os bancos multilaterais de desenvolvimento e outras importantes entidades financeiras que atuam no Hemisfério podem desempenhar um papel maior e mais significativo na aceleração do fornecimento de energia renovável oferecendo diferentes vias de acesso a financiamento para iniciativas relacionadas ao clima, assim como projetos e programas de resposta.

Além disso, a fim de facilitar o desenvolvimento equitativo e sustentável, as diferentes dimensões da vulnerabilidade socioeconômica e climática devem ser levadas em consideração ao se avaliar a necessidade de acesso a ajuda, assistência técnica e financiamento em condições favoráveis para o clima e o desenvolvimento em geral.